

Destino de relatórios pode causar crise

CPI da Espionagem deve ser presidida por Lúcia Carvalho, do PT, cabendo a relatoria ao peemedebista Luiz Estevão

Antonio Vital
Da equipe do Correio

Os documentos produzidos por arapongas da P2 (serviço secreto da Polícia Militar) poderão provocar uma batalha entre o Judiciário e o Legislativo. O destino de toda a documentação produzida por agentes secretos será decidido segunda-feira pelo procurador Temístocles Mendonça de Castro, da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão.

O presidente regional da Ordem dos Advogados do Brasil, Luiz Felipe Coelho, pediu ontem para que os documentos fiquem sob a guarda da Procuradoria.

A discussão a respeito do local onde ficarão guardados os papéis e sobre quem terá acesso a eles, tem provocado diversas reuniões entre

procuradores, desembargadores e representantes do Governo do Distrito Federal e da OAB, desde que o **Correio** revelou a existência de espionagem política feita por PMs.

CARGOS

O problema promete se transformar em uma queda-de-braço jurídica entre o Judiciário e o Legislativo, quando os deputados distritais decidirem quem ocupará os cargos de presidente e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Espionagem.

No Tribunal de Justiça, há uma forte corrente contrária à liberação dos documentos para a CPI. Procuradores e desembargadores entendem que, a partir do momento em que a papelada chegar à Câmara, o que é confidencial se tornará público.

Eles temem a divulgação de infor-

mações não comprovadas a respeito da vida pessoal de gente que foi investigada pelos arapongas da PM. Alguns dos documentos, já divulgados, contêm dados a respeito da vida sexual de deputados distritais, funcionários públicos e policiais.

HONRA

“Quem vai se responsabilizar pela divulgação de dados que atingem a honra das pessoas? Quem garante que essas informações não serão usadas politicamente, até mesmo como chantagem?”, perguntou um dos procuradores.

Existe ainda outra questão delicada em relação a esses documentos. O Inquérito Policial Militar aberto pelo comandante da PM, coronel Leonardo Leoi, está previsto para demorar dois meses.

Nesse período, os documentos já divulgados deverão ser comparados com os originais. Estes serão submetidos a uma perícia para atestar a autenticidade, o que poderá atrasar o envio dos papéis para a CPI.

Enquanto isso, o terror tomou conta do eixo Palácio do Buriti-Câmara Legislativa. Na última quinta-feira, uma deputada do PT procurou o Palácio do Buriti dizendo que estava sendo ameaçada com a divulgação de um relatório da P2 sobre sua vida pessoal.

DESCRÉDITO

Ontem, um sub-secretário do GDF — um funcionário público que não é do PT — foi informado também que há documentos comprometedores da P2 referentes à atividade dele no órgão de origem.

Entre os arapongas, há um movimento para desacreditar todos os documentos divulgados. Um major da PM, especialista na área, garante que os cabeçalhos dos documentos não combinam com os feitos habitualmente pela P2.

O problema é que o conteúdo dos relatórios foi confirmado por todas as pessoas citadas. Menos quando o assunto é a vida pessoal.

Na PM, a corrente mais forte é a

que admite a autenticidade de todos os relatórios. Essa corrente quer descobrir a origem do vazamento e punir o responsável.

O que se sabe, até agora, é que parte da documentação foi obtida na Casa Militar do Palácio do Buriti, que recebe os documentos elaborados pela P2. A Casa Militar funciona em um conjunto de salas a menos de 30 metros do gabinete do governador.

Entre os secretários do GDF, há o consenso de que todos os documentos são verdadeiros.

Na Câmara Legislativa, os partidos chegaram a um acordo e a CPI deverá ser presidida por um deputado do PT. Já o relator será do PMDB. Os mais cotados para os dois cargos são a deputada Lúcia Carvalho (PT) e o deputado Luis Estevão (PMDB).

Eles terão de negociar com a Justiça para decidir que documentos serão investigados, quem terá acesso a eles e até que ponto eles poderão se tornar públicos, já que há uma lei que considera crime a divulgação de documentos confidenciais.

